

## FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTUDOS DE POPULAÇÃO EM SANTA CATARINA

Luís Felipe Aires Magalhães<sup>3</sup>

**Resumo:** As fontes de dados demográficos são importantes instrumentos para a pesquisa, análise e promoção de políticas públicas, contribuindo para o entendimento de nossa realidade social. O domínio destas fontes passa pelo entendimento, inicialmente, da natureza dos dados (se eles são dados de fluxo ou de estoque), e depois de sua disponibilidade, regularidade, cobertura territorial e problemas de enumeração. Neste artigo, analisaremos detidamente quatro fontes de dados demográficos: o Censo Demográfico, o Registro Civil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa de Orçamento Famílias (POF), expondo, de um lado, as possibilidades de levantamento de alguns dados e avaliando, de outro lado, suas vantagens, desvantagens e, especialmente, sua cobertura territorial no Estado de Santa Catarina. Como veremos, importantes fontes de dados (PNAD e POF) possuem escassa cobertura territorial em Santa Catarina, prejudicando importantes análises e políticas públicas no Estado. O artigo pretende, com isto, contribuir à formação de uma agenda de pesquisa demográfica no Estado.

**Palavras-chave:** Brasil; Dados Demográficos; Fontes Oficiais.

## SOURCES OF DEMOGRAPHIC DATA AND POPULATION STUDIES IN SANTA CATARINA STATE

**Abstract:** The demographic data sources are important tools for research, analysis and promotion of public policies, contributing to the understanding of our social reality. The domain of these sources requires an understanding initially, the data nature (if they are flow or inventory data), and after their availability, regularity, territorial coverage and enumeration problems. In this article, we will look closely at four demographic data sources: the Census, the Civil Registry, the National Sample Survey of Households (PNAD) and Families Budget Survey (POF), exposing the one hand, the lifting of possibilities some data and assessing, on the other hand, its advantages, disadvantages, and especially its territorial coverage in the state of Santa Catarina. As we shall see, important sources of data (PNAD and POF) have scarce land cover in Santa Catarina, damaging important analysis and public policy in the state. The article, thus, contribute to the formation of a demographic research agenda in the state.

**Key-words:** Brazil; Demographic Data; Official Sources.

---

<sup>3</sup> Doutorando em demografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: lufeaires@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo analisaremos a disponibilidade, importância e problemas das principais fontes de dados demográficos existentes para pesquisas e estudos sobre a realidade social em Santa Catarina. Nosso objetivo é apresentar essas funções, contribuir com a sua visibilidade e evidenciar a sua utilidade, tanto para a pesquisa como para a formulação de políticas públicas. Ademais, pretendemos refletir sobre a indisponibilidade, como veremos, de fontes de dados importantes para o estado de Santa Catarina, o que traz consequências e prejuízos no que se refere ao grau de conhecimento que temos de nossa realidade.

Ao longo da exposição sobre as fontes de dados buscaremos ilustrar a importância destas fontes, apresentando algumas tabulações e resultados possíveis. Mais que isto, no entanto, interessa-se apresentá-las e estimular o leitor a explorá-las, razão pela qual indicamos a sua localização eletrônica sempre que possível.

Inicialmente, deve-se destacar que o conhecimento destas fontes de dados demográficos é importante para um diagnóstico mais detalhado e verossímil da realidade, o qual formulará, por seu turno, análises de conjuntura, planejamentos, avaliações de programas e estudos socioeconômicos de melhor qualidade. Tanto para formuladores de políticas públicas quanto para pesquisadores e grupos de estudos que lidam diretamente com o tema populacional, entender as características desta população (em termos de idade, sexo, localização no espaço, renda e mobilidade, por exemplo) requer necessariamente o domínio destas fontes e o entendimento de como extrair e refletir criticamente sobre estes dados – que também possuem seus limites e problemas, conforme veremos mais adiante.

A possibilidade, no entanto, de utilização de dados demográficos que fazem referência ao universo da população motiva o pesquisador e os formuladores de políticas públicas a, distanciando-se de análises amostrais, captar em totalidade as características populacionais e identificar as particularidades existentes em determinados grupos sociais, questão fundamental para a formulação de políticas públicas específicas, de um lado, para o estudo das contradições e desigualdades sociais, de outro lado.

## 2. AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS DISPONÍVEIS

Os dados demográficos, mais que um conjunto de números, taxas e índices presentes em tabelas e banco de dados muitas vezes difíceis de decifrar, são expressões concretas da própria realidade.

Os dados demográficos são, por essência, materiais, são fenômenos da realidade. Se os submetem a um tratamento lógico, dando a eles a qualidade de “fatos” e elevando-os a uma condição de ideias ou representações intelectuais, não por isso deixam de ser aspectos da realidade material e da existência do homem em coletividade. Sendo o homem um ser em comunicação, sua existência se desdobra em um número teoricamente infinito de aspectos, alguns dos quais vem a ter interesse para a demografia. Considerados tais aspectos como ‘dados’, são a manifestação do modo de ser do homem em coletividade, e por isto têm o mesmo grau de objetividade que a população que vão refletir (PINTO, 1973, ps. 97-98).

Os dados demográficos e suas fontes serão tão mais próximos à realidade quanto maior for a sua disponibilidade, a sua regularidade (frequência) e sua qualidade (abrangência). Quanto à disponibilidade, a simples existência dos dados já condiciona em grande medida a escolha de determinado objeto de pesquisa: o que se estuda e o que se deixa de estudar é, em grande medida, uma consequência dos dados disponíveis (HAKKERT, 1996). A regularidade, por seu turno, indicará o limite temporal do estudo e a possibilidade de estudos comparativos entre regiões diferentes, mas com mesma data de referência, bem como possibilitará realização de avaliações conjunturais mais amplas e de entendimento de tendências (evolução, regressão, permanências etc.). A qualidade do dado, por sua vez, refere-se à sua abrangência no território, à sua coerência em relação à pergunta que o originou na aplicação do questionário e à sua enumeração. Neste quesito, o dado, tal como o conhecemos, é uma consequência direta da forma com que ele foi obtido no processo de aplicação do questionário, razão pela qual nos debruçaremos neste ponto para avaliar a importância e o limite das fontes de dados demográficos disponíveis para Santa Catarina.

Um dado pode ser considerado de estoque ou de fluxo (HAKKERT, 1996). O dado de estoque refere-se às características estáticas da população em um determinado momento, como o tamanho ou volume desta população, a sua distribuição em um certo território e a composição desta população. Quando falamos de “composição populacional”, tratamos das características desta população segundo critérios como idade, sexo, escolaridade, raça, cor, rendimento mensal, etc.

Já o dado de fluxo refere-se àquelas características da população que são dinâmicas, ou melhor, que alteram a dinâmica populacional – em outras palavras, que alteram o tamanho

da população, a sua distribuição territorial e a composição. Os dados de fluxo referem-se, portanto, a eventos demográficos dos quais os principais são nascimentos, óbitos e migrações.

Por serem diferentes quanto à sua natureza, os dados são também diferentes quanto às suas fontes. As principais fontes de dados de estoque são os Censos Demográficos e *surveys* aplicados a populações específicas. Por outro lado, as principais fontes de dados de fluxo são os registros civis e levantamentos especiais, como as pesquisas de origem-destino e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Vejamos cada uma destas principais fontes separadamente.

O Censo Demográfico é um processo total de pesquisa populacional que abrange i) coleta, ii) processamento, iii) avaliação, iv) análise e v) divulgação de seus resultados (ONU, 1980). Como vimos, os dados derivados de um Censo referem-se à estática populacional, e dado que o Censo tem por prerrogativa abranger a totalidade de um determinado território, podemos afirmar que o Censo é uma fotografia (pois registra apenas um momento) de determinada realidade. Além desta prerrogativa, um Censo Demográfico exige ainda respaldo legal, uma periodicidade definida (a do Censo Brasileiro, por exemplo, é de dez anos), referência e delimitação territorial e contagem universal dos indivíduos deste território com a mesma data de referência (HAKKERT, 1996). Sobre a contagem universal, é importante salientar que ela “não implica a ausência de erros de cobertura, pois nenhum censo é livre de omissões, mas significa o propósito explícito de uma enumeração completa” (HAKKERT, 1996, p. 18).

Embora tenha esta data de referência, o Censo Demográfico é um processo longo que se inicia com um pré-recenseamento (que envolve mapeamento e cartografia do território, elaboração do calendário censitário e formação da equipe censitária), avança até o recenseamento propriamente dito (em que é feita a aplicação dos questionários, seja ele um questionário da Amostra ou um questionário do Universo) e termina com um pós-recenseamento (em que são feitas as revisões e possíveis correções dos resultados da aplicação dos questionários, e o processamento e divulgação destes resultados à sociedade) (HAKKERT, 1996).

Há um conjunto de informações básicas que o Censo Demográfico deve inquirir aos entrevistados e sistematizar sob a forma de dados: nome completo, idade, sexo, relação com o chefe do domicílio, estado civil, ocupação laboral, condição econômica e educacional, condição de naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação em que ocorre a entrevista, entre outras questões (HAKKERT, 1996). Para manter o sigilo das informações,

alguns dados não são divulgados, nem mesmo sob a forma de micro-dados. No Brasil, os últimos dois Censos (o de 2000 e o de 2010) aplicaram questionários básicos ao universo da população e questionários mais completos (mais demorados) a uma amostra desta população, divulgando e disponibilizando os resultados separadamente (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013). O questionário amostral, além de ser utilizado para aprofundar o conhecimento sobre as características sociais, econômicas e demográficas da população, é implementado, ainda, para conferir a qualidade das informações referentes ao universo, em uma espécie de conferência destes resultados (HAKKERT, 1996). O tamanho da amostra se dá em conformidade com o próprio tamanho do município, segundo as frações amostrais da tabela abaixo:

Tabela 1 – Fração amostral do Censo Demográfico brasileiro (2010).

População dos municípios	Fração amostral de domicílios	Número de municípios
Até 2.500	50%	260
Mais de 2.500 até 8.000	33%	1912
Mais de 8.000 até 20.000	20%	1749
Mais de 20.000 até 500.000	10%	1604
Mais de 500.000	5%	40
Total	11%	5565

Fonte: AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013.

No último Censo Demográfico brasileiro (2010), foram recenseados 67,6 milhões de domicílios no universo, e 6,1 milhões de domicílios na amostra. Além destas diferenças, “universo” e “amostra” ainda possuem unidades espaciais diferentes e, por isso, escalas especiais também diferentes de apresentação de seus resultados. Enquanto a unidade espacial do universo é o Setor Censitário, a da amostra é a Área de Ponderação.

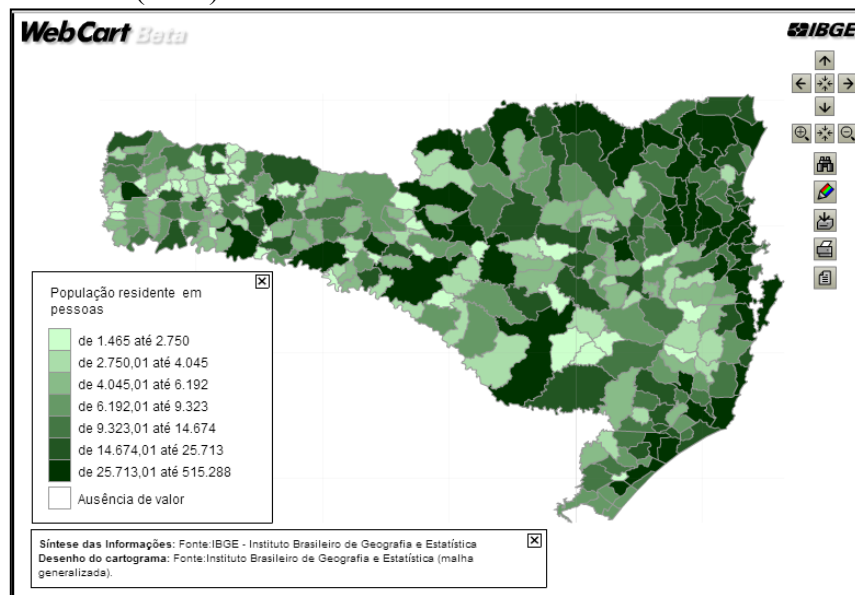
O setor Censitário é definido pelo IBGE, sendo utilizado como unidade da coleta dos dados do universo. Possui limites físicos definidos, com áreas contínuas que respeitam a divisão político-administrativa do território brasileiro. A Área de Ponderação, por sua vez, é definida pelo IBGE em conjunto com as prefeituras, envolvendo escalas geográficas mais específicas, geralmente definidas em razão da necessidade de levantamento de informações sobre estas áreas (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013).

Por ser um processo tão complexo, o Censo Demográfico, logicamente, apresenta erros e limitações, os quais podem ser de três naturezas: sub-enumeração de resultados, super-enumeração de resultados e classificação errônea dos resultados. O primeiro acontece quando um determinado grupo de pessoas não é contado pelo Censo, por falha de organização ou por casos, como no último Censo, de indivíduos que não declaram a existência de parentes residindo no exterior por conta de receio em relação a sua situação de permanência no outro país. O segundo acontece também por falha na organização e se dá com a entrevista de um mesmo indivíduo mais de uma vez. O terceiro se dá quando a resposta é equivocada: mães solteiras que omitem ter filhos; pessoas que arredondam a sua idade (preferência digital) (HAKKERT, 1996).

Os resultados do Censo Demográfico brasileiro, tanto do Universo como da Amostra, podem ser visualizados acessando o site do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), e nele o Banco de Dados SIDRA, especificamente em “Demográfico e Contagem”. Os resultados serão, então, disponibilizados em um conjunto de tabelas sobre Universo e Amostra. Estas tabelas, segundo a natureza do dado, permitem agregações em diferentes escalas espaciais: País, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Municípios e Distritos. Os dados relativos à Setor Censitário e Áreas de Ponderação, os microdados, são manejados com utilização de programas e softwares específicos.

Uma possibilidade importante de utilização destes dados, em diferentes escalas espaciais, é a de elaboração de mapas temáticos. O geoprocessamento destes dados exige também softwares específicos, todavia é possível se elaborar cartogramas, ainda que mais simples, no próprio site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/webcart/>), como o mapa temático da figura 1, a seguir.

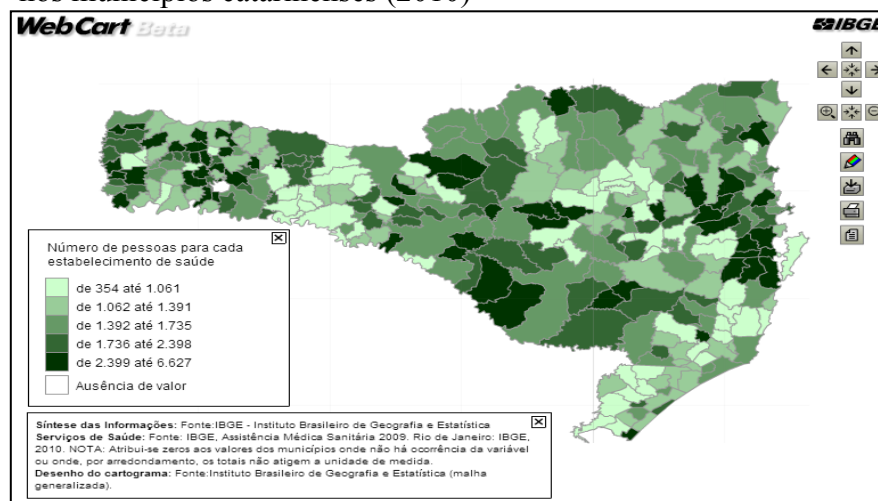
Figura 1 – Mapa Temático de Santa Catarina segundo população residente (2010)



Fonte: IBGE, 2015.

A ferramenta eletrônica de produção de mapas temáticos permite, inclusive, englobar mais de um dado censitário, como também dados censitários de pesquisas diferentes realizadas pelo IBGE. A figura 2, por exemplo, associa a população residente nas cidades catarinenses (um dado básico da síntese de informações do Censo Demográfico) com a quantidade de estabelecimentos de saúde existentes nestas cidades (um dado da pesquisa Serviços de Saúde, do IBGE). Outra alteração possível é a definição do número de categorias na legenda (gradientes de cores no mapa), entre uma e sete.

Figura 2 – Número de pessoas para cada estabelecimento de saúde nos municípios catarinenses (2010)



Fonte: IBGE, 2015.

Se o Censo Demográfico fornece dados temáticos sobre a população, apontando seu tamanho e composição segundo diversos critérios, o Registro Civil é, por seu turno, a principal fonte de dados dinâmicos, isto é, de dados provenientes de eventos que alteram o tamanho e a composição da população. Em outras palavras, se a unidade da enumeração do Censo é o indivíduo (com todas as suas características sociais, econômicas e demográficas), a unidade da enumeração do Registro Civil é o evento demográfico. Acompanhando estas ocorrências (nascimentos, óbitos, migrações, nupcialidade etc), o sistema de registro civil fornece as chamadas “estatísticas civis”, que possuem algumas características fundamentais: são originadas de informações comunicadas e registradas em cartórios de registro civil; são levantadas e sistematizadas ao longo de todo o ano e, ainda, são divulgadas segundo o local de ocorrência e o local de registro do evento (HAKKERT, 1996).

Assim como o Censo Demográfico, o Registro Civil também possui exigências institucionais, cujas principais são: ele deve registrar os eventos vitais e ele deve publicar informes e levantamentos estatísticos do registro destes dados (HAKKERT, 1996). Os dados provenientes destes registros estão também disponíveis no site do IBGE. Para acessá-los, deve-se acessar o site do IBGE e, nele, o Banco de Dados SIDRA (o mesmo acessado para visualização das tabelas com os dados censitários), onde se deve optar por “Registro Civil”. Na plataforma aberta, pode-se obter informações sobre nascidos vivos, divórcios, separações judiciais, casamentos entre cônjuges masculino e feminino, óbitos e óbitos fetais para o Brasil e todas as Unidades Federações entre 2009 e 2013. Na mesma página, é possível acessar as tabelas de estatísticas do Registro Civil. Nestas, as informações sobre os eventos vitais acima podem ser obtidas para intervalos de tempo maiores e para unidades espaciais menores, como os municípios catarinenses, por exemplo.

A Tabela 2 indica transformações importantes no registro civil de óbitos na cidade de Florianópolis entre 2003 e 2013. Podemos verificar, segundo os dados, diminuição dos óbitos masculinos como proporção dos óbitos totais: enquanto em 2003, 59,84% do total das mortes era de homens, em 2013 esta proporção caiu para 54,24%. Conseqüentemente, a participação das mortes femininas em relação às mortes totais se eleva de 40,16%, em 2003, para 45,76% em 2013. A tabela nos permite identificar também que este aumento da proporção dos óbitos femininos em relação aos óbitos totais se dá em razão da elevação da participação das mortes naturais, e não das mortes violentas. Enquanto em 2003 as mortes naturais de mulheres representavam 38,92% dos óbitos totais, em 2013, esta proporção se elevou para 44,78% do total de mortes na cidade de Florianópolis. Por fim, os dados indicam ainda uma diminuição,



para ambos os sexos, mas mais acentuada para os homens, da proporção das mortes por causas violentas em relação ao total de óbitos em Florianópolis, entre 2003 e 2013. Para o caso dos homens, pode-se afirmar que a cada dez mortes (tanto de homens como de mulheres), uma era óbito de homem por causas violentas entre os anos de 2003 e 2006. Destes patamares próximos a 10% do total de óbitos, as mortes de homens por causas violentas reduziram-se para 4,62% em 2013, em Florianópolis. Em outras palavras, a cada vinte mortes em Florianópolis, uma é de homem por causa violenta.

Tabela 2 – Óbitos segundo natureza ocorridos em Florianópolis (como proporção dos óbitos totais, 2003 – 2013).

Ano	Total			Natural			Violenta		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2003	100	59,84	40,16	88,49	49,58	38,92	11,51	10,27	1,24
2004	100	57,38	42,57	87,84	47,16	40,62	12,11	10,17	1,94
2005	100	57,84	42,16	88,35	47,9	40,45	11,42	9,77	1,65
2006	100	56,45	43,55	89,2	46,96	42,24	10,69	9,38	1,31
2007	100	56,89	43,06	90,76	49,11	41,6	9,19	7,72	1,46
2008	100	58,21	41,79	89,32	49,14	40,18	10,37	8,91	1,46
2009	100	54,38	45,62	92,34	48,11	44,23	7,23	5,89	1,34
2010	100	54,93	45,07	92,3	48,47	43,83	7,27	6,17	1,1
2011	100	56,1	43,9	93,07	50,05	43,02	6,59	5,7	0,88
2012	100	53,61	46,39	92,88	47,47	45,41	6,87	5,94	0,93
2013	100	54,24	45,76	93,94	49,16	44,78	5,46	4,62	0,84

Fonte: Estatísticas de Registro Civil, 2015.

Assim como o Censo, as Estatísticas de Registro Civil também possuem os seus problemas.

No Brasil, como na maioria dos países, os erros apresentados pelo registro civil são muito maiores do que os dos censos demográficos. Até hoje, o registro caracteriza-se por um déficit considerável, principalmente dos nascimentos, o que prejudica seu uso para a derivação de estatísticas de fecundidade e de mortalidade infantil. Geralmente, não se trata de omissões definitivas, mas de registros atrasados (HAKKERT, 1996, p. 38).

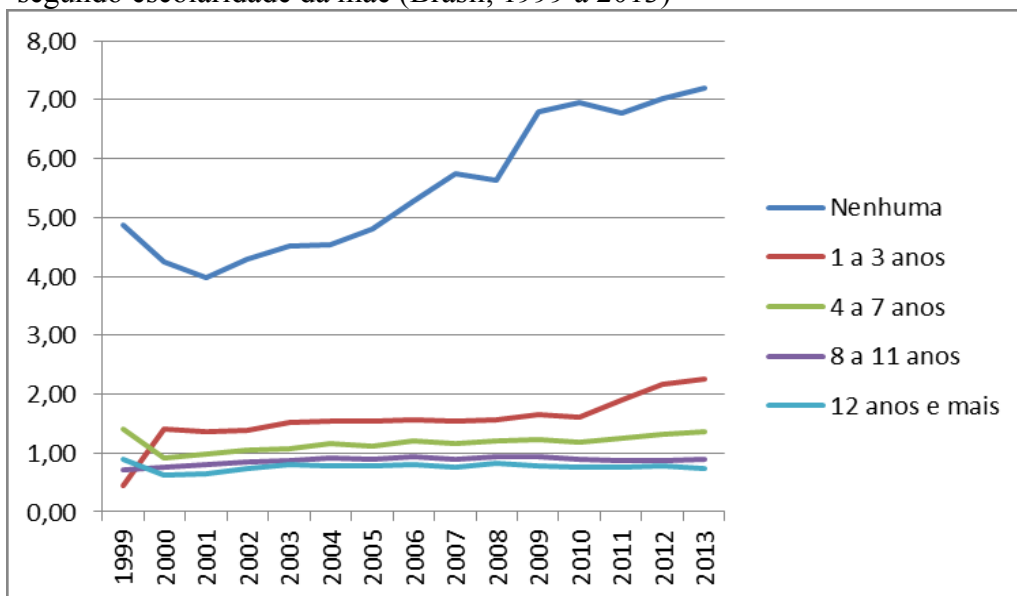
As duas principais fontes de dados demográficas (Censo Demográfico e Registro Civil), não obstante suas diferenças devem ser entendidas como fontes demográficas complementares:

Ambas se referem ao mesmo objeto: mas cada um o capta de uma forma oposta. Assim, as duas aparecem como contrários que se identificam na unidade real dos fatos objetivos que referem. Estático e fluxo, em si conceitos opostos quando são abstratamente considerados, se unificam quando se pensa concretamente na realidade da coisa a que pertencem, a população humana. Se o dado censitário aparece como uma imagem estática, é em verdade, a imagem estática de uma realidade efetivamente móvel, de um processo que se desenvolve no tempo e no espaço, movido por determinantes internos e refletindo em suas fases a lei lógica que o governa. Se os dados do registro civil, por seu desdobramento contínuo ao longo do processo, constituem uma série de valores variáveis, móveis, em cada momento a configuração dos elementos que os compõem pode ser retratada em uma imagem censitária estática. Assim o fluxo e o estático não são senão dois modos de apreciar uma única e mesma realidade, que em si é um processo (PINTO, 1973, p. 109).

No Brasil, o Registro Civil é fonte de dados para três sistemas de informações muito importantes para o estudo da população e a formulação de políticas públicas: o SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos), cujos dados são originados da Declaração de Nascido Vivo; o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), cujos dados são originados da Declaração de Óbito; e o SIH (Sistema de Informações Hospitalares), cujos dados são originados da Autorização de Internação Hospitalar. Estas informações estão reunidas na página eletrônica do DATASUS – o banco de dados de estatísticas vitais do SUS (OJIMA, 2007).

Utilizando o DATASUS, verificamos o total de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe e o total de óbitos infantis (aqueles em que nascido vivo falece até completar o primeiro ano de vida) também segundo escolaridade da mãe. Os dados obtidos, mortalidades infantis específicas segundo o grau de escolaridade da mãe, revelam que a proporção de óbitos infantis é maior quanto menor o grau de escolaridade da mãe do nascido vivo. Os dados do gráfico 1 referem-se ao Brasil:

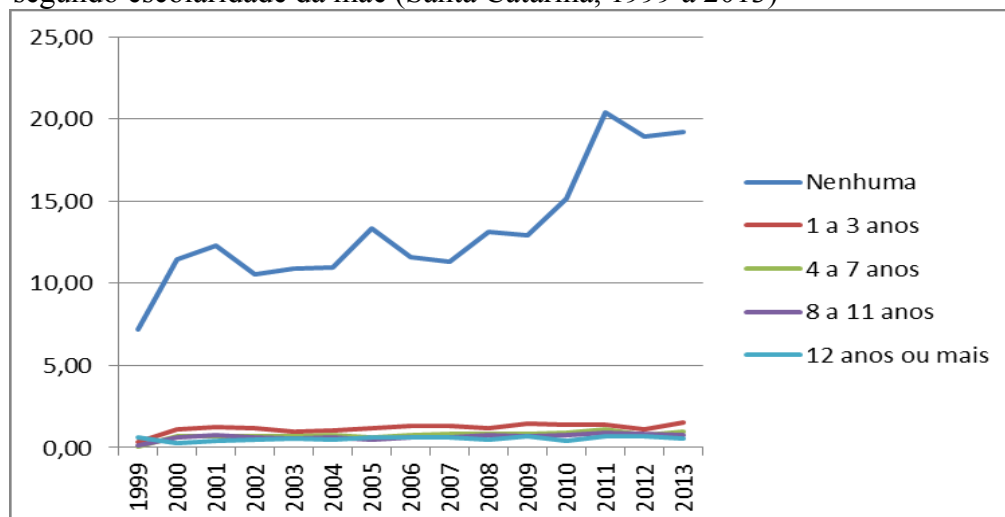
Gráfico 1 – Óbitos infantis como proporção do número de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (Brasil, 1999 a 2013)



Fonte: DATASUS, 2015.

Em relação à Santa Catarina, realizamos a mesma comparação e o resultado indica que as crianças nascidas de mães com nenhuma escolaridade estão mais sujeitas ao óbito que i) as crianças nascidas de mães com qualquer outra escolaridade e que ii) a média nacional em relação a mesma escolaridade.

Gráfico 2 – Óbitos infantis como proporção do número de nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (Santa Catarina, 1999 a 2013)



Fonte: DATASUS, 2015.

Quando vimos as principais características dos dados de fluxos, nos referimos a levantamentos especiais. Estes levantamentos especiais advêm da necessidade de atualização

das informações no período entre um Censo Demográfico e outro e também de necessidades de informações demográficas mais específicas, sobre temas como mobilidade, trabalho, escolaridade etc (HAKKERT, 1996). No Brasil, o principal levantamento deste tipo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A PNAD é um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características gerais da população (educação, trabalho, rendimento e habitação etc) e outras com periodicidade variável, como características sobre a migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país. Como o atual Censo Demográfico, a PNAD também possui dois questionários: um questionário básico, com informações gerais, aplicado em cada levantamento (o que permite comparações e verificação de tendências históricas) e um suplemento, dedicado a informações específicas. Como fonte de dados demográficos, possui vantagens e desvantagens.

Dentre as principais vantagens da PNAD, podemos considerar a geração de informações mais profundas e detalhadas sobre os temas levantados e também a possibilidade de acompanhamento de variáveis sociais, econômicas e demográficas entre um Censo Demográfico e outro (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013).

Por outro lado, a principal desvantagem da PNAD recai diretamente sobre as possibilidades de análise a partir dela da realidade de Santa Catarina, qual seja, este estudo amostral não comporta a desagregação para níveis territoriais mais detalhados (AMARAL, MONTEIRO e FEITOSA, 2013). Os dados mais básicos da PNAD (pesquisa básica) estão disponíveis para todas as Unidades da Federação, mas em termos de municípios, estão disponíveis apenas para as Regiões Metropolitanas (Belém – PA, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Fortaleza – CE, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ, Salvador – BA e São Paulo – SP).

Outra importante fonte de dados que também não está disponível para análises sobre Santa Catarina é a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). A POF disponibiliza informações sobre o orçamento doméstico e sua composição, bem como as condições de vida e de consumo das famílias brasileiras. Suas principais variáveis são despesas, rendimento, patrimônio das famílias e sua variação, compra de alimentos e consumo efetivo de alimentos e características dos domicílios e dos indivíduos. A POF inclui ainda uma avaliação subjetiva das condições da família, que avalia, entre outras questões, a dificuldade ou facilidade com que a família chega ao final do mês com o seu rendimento; a avaliação da família quanto à

quantidade e tipo de alimentos consumidos; além do rendimento que seria o mínimo necessário para cobrir as despesas com alimentação segundo os objetivos elencados pela família. A POF, como levantamento especial, é realizada e publicada no período intercensitário. Suas edições existentes são de 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009. A coleta dos dados se dá tanto no meio urbano como no rural, em um levantamento amostral desenhado para incluir famílias de todos os estratos socioeconômicos na pesquisa.

Quanto à representatividade territorial, os dados referentes ao meio rural possuem escassa desagregação, estando disponíveis de forma agregada para as escalas de Brasil e Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Estas escalas também estão disponíveis para o meio urbano, acrescidas das Unidades da Federação, nove regiões metropolitanas (Belém – PA, Fortaleza – CE, Recife – PE, Salvador – BA, Belo Horizonte – MG, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS) e dois municípios (Goiânia – GO e Distrito Federal). Não há, portanto, nenhuma cidade catarinense pesquisada pela POF.

A POF possui uma série de vantagens e desvantagens. Dentre as principais vantagens, destaca-se o amplo leque de temas abordados, especialmente questões subjetivas, e a sua periodicidade (5 anos). Como desvantagem, há de se considerar a escassa desagregação espacial (para Santa Catarina, por exemplo, os dados estão disponíveis apenas para o nível de UF). A POF deverá ter frequência anual a partir de 2016 e incluir variáveis de insegurança alimentar e desemprego.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do exposto anteriormente, verifica-se que para o estado de Santa Catarina, tanto a PNAD como a POF, contém dados agregados para o conjunto do estado, sem qualquer possibilidade de desagregação por municípios ou Região Metropolitana. Esta ausência significa que Santa Catarina está em uma posição subalterna em termos de disponibilidade de dados e desenvolvimento de pesquisas e análises para questões e variáveis sociais, econômicas e demográficas importantes, que são levantadas por estas pesquisas.

De igual modo, não há no Estado agências ou fundações de pesquisas estatísticas capazes de oferecer alternativas a esta ausência, como há em São Paulo a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados); no Rio Grande do Sul a Fundação de Economia e Estatística (FEE); e no Paraná o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e

Social (IPARDES). Esta ausência expressa, em termos mais gerais, a relação dialética existente entre a disponibilidade de dados e o desenvolvimento econômico e social de determinada população.

No prólogo ao livro *El Pensamiento Critico em Demografia*, de Álvaro Vieira Pinto, o demógrafo Guillermo Maccio afirma que

não é segredo para ninguém que o subdesenvolvimento se manifesta com vigor nos dados disponíveis para áreas que merecem tal adjetivo. O demógrafo que trabalha sobre sua realidade consome grande parte de seus esforços em inferir, desentranhar e integrar uma realidade partindo de dados quantitativa e qualitativamente incompletos. Os fatos exigem dele afiado sentido crítico, cautela na inferência mas, ao mesmo tempo, agudeza para recuperar o dado tirando dele o seu máximo proveito (PINTO, 1973, p. 6).

Assim, a escassez de dados, originada da ausência de agências e fundações próprias de levantamento e sistematização estatística, bem como da ausência de regiões metropolitanas e grandes conglomerados urbanos que justifiquem a incorporação de seu território às pesquisas da PNAD e da POF, acaba por restringir estudos e políticas públicas direcionados à superação destas ausências. Deve-se salientar que grupos empresariais não têm se restringido a estas limitações e ausências de dados, lançando mão de questionários e pesquisas de mercado próprias, direcionadas a obter informações sobre demanda e mercado, informações estas para definir sua estratégia de vendas. Enquanto isto, a Universidade e mesmo o Estado mantêm-se estáticos, presos e dependentes das mesmas fontes de dados, reforçando que existe uma “relação dialética entre a produção de dados e a definição do objeto de pesquisas que retrata os limites de uma disciplina científica. O que se estuda e o que se deixa de estudar é, em grande parte, uma consequência dos dados disponíveis” (HAKKERT, 1996, p. 11).

Uma agenda para o desenvolvimento da demografia em Santa Catarina deve ser, pois, entendida como um tema crucial para o próprio desenvolvimento econômico e social do Estado, no sentido de melhorar a compreensão da população do Estado sobre si própria e da integração da população catarinense aos principais levantamentos existentes no nosso país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>. Acesso em: maio de 2015.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Registro Civil**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=RC&z=t&o=27>. Acesso em: maio de 2015.

Ministério da Saúde, DATASUS. **Estatísticas Vitais**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: maio de 2015.  
PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Critico em Demografia**. Santiago do Chile: Celade, 1973

Ralph Hakkert, **Fontes de Dados demográficos**. Belo Horizonte, Textos Didáticos – ABEP 1996 <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv03.pdf>

Ricardo Ojima. 2007. **Fontes de Dados Demográficos- Conceitos fundamentais e formas de acesso**.

Silvana Amaral, Miguel Monteiro, Flávia Feitosa. 2013. **Parte II – Fonte de Dados: Fonte de Dados Demográficos e Socioeconômicos**.

Artigo recebido em junho de 2015 e aprovado em julho de 2015.